

**Prestação de Contas do Chefe do Executivo Municipal**  
SIGAP Corporativo - Recepção de dados  
Teoria e Prática



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Carga horária: 16 horas  
Data: 13 e 14/3/2018

---

---

---

---

---

---

---

---

**RODOLFO KEZERLE**

Auditor de Controle Externo  
Coordenador Geral das  
Comissão de Auditoria das  
Contas do Chefe do Executivo  
Telefone: (69) 3211-9062  
E-mail: 487@tce.ro.gov.br

- 1 • Metodologia de análise das contas do chefe do executivo
- 2 • Auditoria do Balanço Geral do Município
- 3 • Auditoria da execução orçamentária e fiscal

---

---

---

---

---

---

---

---

**GISLENE RODRIGUES**

Auditora de Controle Externo  
Coordenadora da Auditoria dos RPPS  
Telefone: (69) 3211-9062  
E-mail: 486@tce.ro.gov.br

**ALLAN ALBUQUERQUE**

Auditor de Controle Externo  
Assessoria técnica da SGCE  
Telefone: (69) 3211-9150  
E-mail: 257@tce.ro.gov.br

- 4 • Representação passivo atuarial
- 5 • Resultado das Auditorias dos RPPS
- 6 • Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal
- 7 • Transmitindo as Contas

---

---

---

---

---

---

---

---

### Porque mudamos?

- Aplicação/adequação dos trabalhos aos padrões/procedimentos de auditoria - Manual de Auditoria do TCE-RO e Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores – ISSAI (ISSAI 100 e 200);
- Cumprimento do prazo constitucional de manifestação do Tribunal;
- Estabelecer uniformidade e padronização aos trabalhos; e
- Melhorar a qualidade da comunicação dos trabalhos.

Metodologia de análise das contas do chefe do executivo 1

---

---

---

---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

---

---

---

### Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs)

Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

- se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

1

---

---

---

---

---

---

---

---

### Estrutura do Relatório sobre as Contas do Chefe do Executivo

<p><b>PARECER PRÉVIO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Opinião sobre o Balanço Geral</li> <li>▪ Opinião sobre a execução orçamentária e fiscal</li> </ul> <p><b>RELATÓRIO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indicadores de desenvolvimento econômico</li> <li>▪ Avaliação das políticas públicas</li> </ul>	<p><b>AUDITORIA DO BALANÇO GERAL</b></p> <p>Verificar se as demonstrações financeiras consolidadas representam adequadamente a situação patrimonial e os resultados financeiro e orçamentário de acordo com a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a NBC TSP, MCASP 7º Edição e demais normas aplicáveis.</p> <p><b>AUDITORIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FISCAL</b></p> <p>Avaliar a adequação da gestão orçamentária e financeira quanto ao cumprimento das leis e normas pertinentes - Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual.</p>
---	---

1

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Principais distorções identificadas nas Demonstrações Contábeis

Inconsistência das informações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restos a pagar e o Balanço Financeiro</li> <li>• Dívida ativa (movimentação SIGAP Contábil)</li> <li>• Resultados acumulados no BP</li> </ul>
Superavaliação do saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pendências de regularização na conciliação bancária superiores a 30 (trinta) dias (deficiências nas conciliações bancárias).</li> <li>• Classificação inadequada</li> </ul>
Superavaliação do saldo da conta Dívida Ativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de documentos de suporte do direito</li> <li>• Inexistência de estimativas de perdas</li> </ul>

Auditoria do Balanço Geral do Município 2

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Principais distorções identificadas nas Demonstrações Contábeis

Subavaliação das obrigações de curto e longo prazo de precatórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divergência entre o valor informado pelo TJRO e a contabilidade da entidade</li> </ul>
Subavaliação de passivo exigível a curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não contabilização de obrigações com fornecedores</li> <li>• Empréstimos e financiamentos</li> <li>• Anulação de empenhos liquidados</li> </ul>
Representação inadequada das provisões matemáticas previdenciárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação inadequada do passivo atuarial</li> </ul>

Auditoria do Balanço Geral do Município 2

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Principais encaminhamentos para distorções identificadas**

Institua rotinas de conciliação bancária	<ul style="list-style-type: none"> <li>(a) procedimentos de conciliação; (b) controle e registro contábil; (c) atribuição e competência; (d) requisitos das informações; e (e) fluxograma das atividades; e (f) responsabilidades</li> </ul>
Controle da dívida ativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>(a) controle e registro contábil; (b) atribuição e competência; (c) procedimentos de inscrição e baixa; (d) ajuste para perdas de dívida ativa; (e) requisitos das informações; (f) fluxograma das atividades; e (g) responsabilidades</li> </ul>

Auditoria do Balanço Geral do Município 2

---

---

---

---

---

---

---

---

**Principais encaminhamentos para distorções identificadas**

Controle dos precatórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>(a) controle e registro contábil; (b) atribuição e competência; (c) fluxograma das atividades; (d) requisitos das informações; e (e) responsabilidades</li> </ul>
Fechamento contábil	<ul style="list-style-type: none"> <li>(a) atribuição, competência e estrutura de funcionamento do sistema de contabilidade municipal; (b) procedimentos e cronogramas para envio de informações relevantes (calendário de fechamento contábil); (c) procedimentos para preparação e revisão de reconciliações contábeis;</li> </ul>

Auditoria do Balanço Geral do Município 2

---

---

---

---

---

---

---

---

**Auditoria da execução orçamentária e fiscal**

<p>A opinião sobre a execução orçamentária restringiu-se a verificação do cumprimento dos princípios constitucionais e legais, com base nos procedimentos aplicados e no escopo delimitado pelo planejamento aprovado pelo Tribunal de Contas para o exercício.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a adequação da gestão orçamentária e financeira do exercício quanto ao cumprimento das leis e normas pertinentes, notadamente no que tange às regras insculpidas na Constituição Federal, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual.</li> <li>Não visa dar conformidade à aplicação da lei de licitação e contratos (Lei nº 8.666/93) e outras não especificadas no escopo do trabalho.</li> </ul>
---	---

Auditoria do Balanço Geral do Município 3

---

---

---

---

---

---

---

---

## Principais ocorrências identificadas na execução orçamentária

### ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- Ausência de exposição de justificativa para abertura dos créditos abertos (art. 42 da Lei nº 4.320/64);
- Abertura de créditos adicionais abertos pelos sem indicação de fonte de recurso (art. 43 da Lei nº 4.320/64);
- Falha na demonstração (memória de cálculo) das fontes de recursos para abertura dos créditos abertos (art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/64).

- Não atendimento dos requisitos constitucionais e legais na elaboração dos instrumentos de planejamento
- Não atendimento dos requisitos para abertura dos créditos adicionais
- Empenhos cancelados indevidamente
- Insuficiência financeira para cobertura de obrigações

3

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Principais ocorrências nos empenhos cancelados indevidamente

- Cancelamento de empenhos da folha de pagamento
- Anulação de dotação orçamentária de despesas sem justificativa
- Cancelamento de empenhos liquidados
- Não realização de empenhos com fornecedores e prestadores de serviços

Auditoria da execução orçamentária e fiscal 3

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Insuficiência financeira para cobertura de obrigações

Identificação dos recursos	Recursos vinculados (I)	Recursos não vinculados (II)	Total (III) = (I + II)
Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	3.256.742,22	13.114.502,24	16.371.244,46
<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores (b)	6.286,00	0,00	6.286,00
Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício (c)	662.040,12	611.450,78	1.273.490,90
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	398.696,21	236.453,26	635.149,47
Demais Obrigações Financeiras (e)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em restos a pagar não processados) (f) = (a - b - c - d - e)	2.189.719,89	12.286.598,20	14.476.318,09
Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício (g)	79.353,59	1.716.898,89	1.796.252,48
Disponibilidade de Caixa (Depois da inscrição em restos a pagar não processados) (h) = (f - g)	2.110.366,30	10.569.699,31	12.680.065,61
Recursos de Contribuintes não repassados (TC-38) (i)			0,00
Subsaliação das disponibilidades de Caixa e Equivalente de Caixa (j)		283.926,85	283.926,85
Subsaliação das obrigações financeiras (k)		4.005.246,73	4.005.246,73
Disponibilidade Caixa do Instituto de Previdência (RPPS) (l)		10.705.440,07	10.705.440,07
<b>Disponibilidade de Caixa Líquida apurada (m) = (h + i + j - k - l)</b>	<b>2.110.366,30</b>	<b>-3.857.060,64</b>	<b>-1.746.694,34</b>

Fonte: SIGAP Gestão fiscal e Análise técnica.

Auditoria da execução orçamentária e fiscal 3

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Elaborando as Contas do Chefe do Poder Executivo

Este capítulo visa orientar a Administração Municipal, em especial, os técnicos responsáveis pela elaboração dos relatórios e documentos da Prestação de Contas do Chefe do Executivo Municipal (Prefeito), quanto aos requisitos mínimos, composição e estrutura das informações a serem transmitidos nestas Contas.

- Instrução Normativa nº 013/TCERO-2004
- NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
- Manual de orientação das Contas do Chefe do Executivo Municipal
- Relação dos Relatórios e Documentos a serem transmitidos na PCCM – Exercício 2017

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Relatório Circunstanciado

- Lei Complementar nº 154/1996, artigo 35, parágrafo único; e
- Instrução Normativa nº 013/TCERO-2004, artigo 11, VI, Alínea "a";

Descrição das atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas.

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Exemplo

- Apresentação
- Resultados das políticas públicas (programas, objetivos e metas)
- Avaliação do resultado Orçamentário, financeiro e fiscal
- Avaliação do Resultado Previdenciário e Projeção Atuarial
- Demonstrações Contábeis Consolidadas
- Análise das demonstrações contábeis

---

---

---

---

---

---

---

---

## Balanço Orçamentário

- Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis);
- Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis);
- Portaria STN/SOF nº 2/2016;
- Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); e
- IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.

### Composição

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados;
- Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados); e
- Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário.

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Quadro Principal – Balanço Orçamentário

<ENTE DA FEDERAÇÃO>  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 20XX

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>				
Recetta Tributária				
Recetta de Contribuições				
Recetta Patrimonial				
Recetta Agropecuária				
Recetta Industrial				
Recetta de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
<b>Receitas de Capital (II)</b>				

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo:

- a. abertura de créditos adicionais, seja mediante excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito;
- b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA;
- c. remanejamento entre naturezas de receita; ou
- d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal 6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Quadro Principal – Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	Previsão Inicial (I)	Previsão Atualizada (II)	Receitas Realizadas (III)	Saldo (IV) = (I-III)
<b>Receitas Correntes (I)</b>				
Recetta Tributária				
Recetta de Contribuições				
Recetta Patrimonial				
Recetta Agropecuária				
Recetta Industrial				
Recetta de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
<b>Receitas de Capital (II)</b>				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortizações de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
<b>RECURSOS RECORRIDOS em Exercícios Anteriores (III)</b>				
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)</b>				
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (V)</b>				
Operações de Crédito Internas				
Mobilização				
Centralizada				
Operações de Crédito Externas				
Mobilização				
Centralizada				
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)</b>				
<b>Déficit (VII)</b>				
<b>TOTAL (VIII) = (VI + VII)</b>				
<b>Saldo de Exercícios Anteriores (SALDO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

São recursos incluídos na LOA para demonstrar o equilíbrio do orçamento, mas não podem ser classificados como superávit financeiro para fins de elaboração da LOA, nem são passíveis de execução.

**Exemplo: Recursos de RPPS.**

- ➔ **Mudança 1:** Linha específica para Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores.
- ➔ **Mudança 2:** Linhas específicas de Refinanciamento de dívida.
- ➔ **Mudança 3:** Linhas específicas de Saldos de exercícios anteriores.

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal 6

---

---

---

---

---

---

---

---



## Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

- a. o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;
- b. o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);
- c. a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;
- d. as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

- e. o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;
- f. o detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Balanço Financeiro

- Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis);
- Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis);
- Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); e
- IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Balço Patrimonial

- Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis);
- Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis);
- Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição);
- IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e
- IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balço Patrimonial.

**Composição**

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação;
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro; e
- e) Notas Explicativas ao Balço Patrimonial.

6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Notas Explicativas – Balço Patrimonial

- a. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo, em especial, a dívida ativa evidenciando no mínimo: a composição da dívida por exercício financeiro; demonstração dos valores inscritos no exercício à título de principal, as taxas, os juros e multas; e bem como os valores arrecadados e cancelados no exercício;
- b. Imobilizado;
- c. Intangível;
- d. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- e. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- f. Políticas de depreciação, amortização e exaustão e demais políticas contábeis relevantes; e
- g. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal 6

---

---

---

---

---

---

---

---

## Demonstração das Variações Patrimoniais

- Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis);
- Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis);
- Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição);
- IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e
- IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

**Composição**

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação;
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro; e
- e) Notas Explicativas ao Balço Patrimonial.

6

---

---

---

---

---

---

---

---

### Notas Explicativas – Demonstração das Variações Patrimoniais

Notas Explicativas a Demonstração das Variações Patrimoniais, evidenciarão os itens que compõem as VPA e as VPD que forem relevantes. Algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam relevantes, por exemplo:

- a. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
- b. Baixas de investimento; e
- c. Constituição ou reversão de provisões.

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal **6**

---

---

---

---

---

---

---

---

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

- Resolução CFC Nº 1.133/08 (NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis);
- Resolução CFC Nº 1.134/08 (NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis);
- Portaria STN nº 840/2016 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição); e
- IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Composição**

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
- e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida; e
- f) Notas Explicativas a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal **6**

---

---

---

---

---

---

---

---

### Quadro Principal - Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b> Ingressos - Receitas derivadas e originárias - Transferências recebidas Desembolsos - Pessoal e demais despesas - Juros e encargos da dívida - Transferências concedidas Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	Compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública.	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b> Ingressos - Alienação de bens - Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos Desembolsos - Aquisição de ativo não circulante - Concessão de empréstimos e financiamentos - Outros desembolsos de investimentos Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	Inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b> Ingressos - Operações de crédito - Integração do capital social de empresas dependentes Desembolsos - Amortização / Refinanciamento da dívida Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.	
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b> Caixa e Equivalente de Caixa Inicial Caixa e Equivalente de Caixa Final	Os saldos inicial e final de Caixa e Equivalentes de caixa devem ser iguais aos saldos do Balanço Patrimonial.	

Elaborando as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal **6**

---

---

---

---

---

---

---

---

## Conciliação e Extratos bancários

- LOTCERO, art.2º, parágrafo único
- Formato "PDF"
- Os arquivos deverão ser compactados (formato ZIP) para a transmissão.

**Composição do arquivo**

- Demonstrativo analítico da conta bancos (TC-02) ;
- Conciliação (Anexo TC-03) e extratos bancários de todas as contas existentes, em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício de competência da prestação de contas, sendo um arquivo em formato PDF para cada conta contábil contendo a conciliação e extratos bancários.

6

---

---

---

---

---

---

---

---

### Conciliação Bancária – Anexo TC-03

Ordem	Código UG	Conta Contábil	Código Banco	Agência	Número Conta	Descrição da conta	Saldo contábil em 31.12.2017
1	3	111115003	104	102	666.654	[Descrição/nome da conta utilizado]	50.000,00
2	3	111115003	104	102	666.655	[Descrição/nome da conta utilizado]	100.000,00
3	3	111115004	104	102	666.656	[Descrição/nome da conta utilizado]	10.000,00

6

---

---

---

---

---

---

---

---

### Conciliação Bancária – Anexo TC-03

BANCO	CONTA Nº
BALDO CONFORME EXTRATO BANCÁRIO EM _____/_____/____ R\$	
MAIS (+)	
DEPOSITOS NÃO CONSIDERADOS PELO BANCO	VALOR (R\$)
DATA _____	_____
AVISOS DE DÉBITOS NÃO CONSIDERADOS PELA CONTABILIDADE	
DATA _____	VALOR (R\$) _____
	R\$ _____
MENOS (-)	
DEPOSITOS NÃO CONSIDERADOS PELA CONTABILIDADE	VALOR (R\$)
DATA _____	_____
AVISOS DE CRÉDITOS NÃO CONSIDERADOS PELA CONTABILIDADE	VALOR (R\$)
DATA _____	_____
CHEQUES, NOTAS FINANCEIRAS OU DÍVIDAS BANCÁRIAS NÃO CONSIDERADOS PELO BANCO	VALOR (R\$)
DATA _____	_____
	R\$ _____
BALDOS CONFORME NÚSSO REQUISTRO EM _____/_____/____ R\$	

6

---

---

---

---

---

---

---

---



## Tipos de Certificado

### Certificado de Regularidade

Será emitido quando o Órgão ou Unidade de Controle Interno formar a opinião de que na gestão dos recursos públicos foram adequadamente observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

### Certificado de Regularidade com Ressalvas

Será emitido quando o Órgão ou Unidade de Controle Interno constatar falhas, omissões ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas e diretrizes governamentais, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Certificado

### Certificado de Irregularidade

Será emitido quando o Órgão ou Unidade de Controle Interno verificar a não observância da aplicação dos princípios de legalidade, legitimidade e economicidade, constatando a existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo quantificável para a Fazenda Pública e/ou comprometam, substancialmente, as demonstrações financeiras e a respectiva gestão dos agentes responsáveis, no período ou exercício examinado.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Estrutura e requisitos do Relatório de Auditoria

- Introdução;
- Objetivos;
- Metodologia;
- Critérios de Auditoria;
- Resultado dos exames efetuados;
- Conclusão
- Recomendações

---

---

---

---

---

---

---

---



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 4229, Bairro Olaria  
Porto Velho - Rondônia  
CEP: 76.801-327

Telefone: (69) 3211-9001  
Website: [www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br)

---

---

---

---

---

---

---

---

 **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS**  
O ensino a serviço da efetividade na gestão pública

**Palestra:** Representação adequada do Passivo Atuarial. Situação dos RPPS rondonienses.

**Facilitadora:** Gislene R. Menezes

**Carga Horária:** 2h

**Data:** 14/03/2018

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

**O que é a “Provisão Matemática Previdenciária”?**

A Provisão Matemática Previdenciária representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente, e é também conhecida como **Passivo Atuarial**.

O termo atuarial vem da projeção da apuração do **compromisso previdenciário**.

O Balanço Patrimonial apresenta no lado do Passivo as contas correspondentes às **obrigações**, incluindo, portanto, as provisões matemáticas previdenciárias, que são de longo prazo (Passivo Não Circulante).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O ensino a serviço da efetividade na gestão pública

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

Conceitua-se a Provisão Matemática Previdenciária como a diferença a maior entre os **valores provisionados** pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus servidores e dependentes e as **fontes de recursos correspondentes** (contribuições e outros aportes).

 Benefícios a serem pagos no futuro

 Contribuições a serem recolhidas (-)

 Provisão Matemática Previdenciária (=)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O ensino a serviço da efetividade na gestão pública

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

As contas que compõem o resultado da “Provisão Matemática Previdenciária” são registradas no Passivo Não Circulante, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias (2.2.7.2.1.00.00), observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas Aplicável ao Setor Público (PCASP).




---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

2.2.7.2.1.00.00	<b>Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo - consolidação</b>
2.2.7.2.1.03.00	<b>Plano previdenciário - provisões de benefícios concedidos</b>
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos
2.2.7.2.1.03.02	(-) contribuições do ente
2.2.7.2.1.03.03	(-) contribuições do inativo
2.2.7.2.1.03.04	(-) contribuições do pensionista
2.2.7.2.1.03.05	(-) compensação previdenciária
2.2.7.2.1.04.00	<b>Plano previdenciário - provisões de benefícios a conceder</b>
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/pensões/outras benefícios a conceder
2.2.7.2.1.04.02	(-) contribuições do ente
2.2.7.2.1.04.03	(-) contribuições do ativo
2.2.7.2.1.04.04	(-) compensação previdenciária
2.2.7.2.1.05.98	(-) outros créditos do plano de amortização




---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

**O que é o “Déficit Atuarial”?**

É um resultado negativo obtido a partir da comparação da Provisão Matemática Previdenciária com o Ativo Previdenciário (recursos e bens acumulados para custear as despesas previdenciárias).



No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento. As opções admitidas são: o estabelecimento de **aliquota suplementar**, que pode ser progressiva, o **aporte periódico**, e, caso não haja viabilidade dessas duas opções pode ser adotada a **segregação da massa**.




---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Qual a diferença de “Plano Previdenciário” e “Plano Financeiro”?



Plano = Regime de Financiamento

**Previdenciário** = Capitalizado, significa um sistema de acumulação de recursos ao longo do período contributivo, rentabilização (juros), para posterior desembolso (pagamento benefício).

**Financeiro** – Não há formação de poupança, toda a arrecadação é utilizada para pagamento de benefício, embora em determinada fase possa haver sobras, não há obrigação de capitalização, as eventuais insuficiências são custeadas pelo Tesouro. É caracterizado pelo **pacto entre gerações**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração dos recursos públicos

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

2.2.7.2.1. 00	Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo - consolidação
2.2.7.2.1. 03	Plano previdenciário - provisões de benefícios concedidos
2.2.7.2.1. 04	Plano previdenciário - provisões de benefícios a conceder
2.2.7.2.1. 05	(-) outros créditos do plano de amortização

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração dos recursos públicos

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

Considere o Balanço Patrimonial de um RPPS do **Município X**, o qual possui déficit atuarial



ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	5.875.590	Passivo Circulante	0,00
		Passivo Não Circulante	28.375.590
		Provisões Matemáticas Previdenciárias	28.375.590
Ativo Não Circulante	10.000.00	Patrimônio Líquido	<b>(12.500.000)</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>15.875.590</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>15.875.590</b>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração dos recursos públicos

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.



**Quem é o responsável pelo Déficit ?**

**Artigo 40 CF/88** – Ente Federativo ... Equilíbrio Financeiro e Atuarial

**§1º Artigo 2º Lei 9.717/98** – Ente Federativo ... Cobertura de insuficiências financeiras.

**§1º Artigo 3º Portaria 403/2008** – Ente Federativo ... Ainda que ultrapasse o limite máximo de alíquotas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração do governo estadual

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

<b>2.2.7.2.1.00.00</b>	<b>Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo - consolidação</b>	<b>15.875.590</b>
2.2.7.2.1.03.00	Plano previdenciário - provisões de benefícios concedidos	2.186.734
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos	2.429.434
2.2.7.2.1.03.02	(-) contribuições do ente	0
2.2.7.2.1.03.03	(-) contribuições do inativo	0
2.2.7.2.1.03.04	(-) contribuições do pensionista	0
2.2.7.2.1.03.05	(-) compensação previdenciária	(242.701)
<b>2.2.7.2.1.04.00</b>	<b>Plano previdenciário - provisões de benefícios a conceder</b>	<b>26.188.856</b>
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/pensões/outras benefícios a conceder	37.237.706
2.2.7.2.1.04.02	(-) contribuições do ente	(4.147.831)
2.2.7.2.1.04.03	(-) contribuições do ativo	(4.429.722)
2.2.7.2.1.04.04	(-) compensação previdenciária	(2.471.297)
<b>2.2.7.2.1.05.98</b>	<b>(-) outros créditos do plano de amortização</b>	<b>(12.500.000)</b>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração do governo estadual

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.



**Balanco Patrimonial – RPPS**  
utilizando a conta retificador  
do déficit atuarial

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	5.875.590	Passivo Circulante	0,00
		Passivo Não Circulante	15.875.590
Ativo Não Circulante	10.000.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	15.875.590
		Patrimônio Líquido	0
<b>Total Ativo</b>	<b>15.875.590</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>15.875.590</b>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração do governo estadual

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### CONSOLIDAÇÃO no Balanço Geral



Verifica-se que na prática inexistente consolidação das contas, havendo a "aglutinação", isto é, não há expurgo das operações entre as unidades consolidadas.

Logo, o Município que é responsável por equilibrar o RPPS (cobertura do déficit atuarial) deixa de reconhecer esse compromisso.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é o caminho para a eficiência no governo eletrônico

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Balanço Patrimonial "Consolidado" Município X



**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO**

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	13.824.429	Passivo Circulante	1.188.564
		Passivo Não Circulante	25.940.886
		Obrigações de Longo Prazo	10.065.296
Ativo Não Circulante	33.727.061	Provisões de Longo Prazo - Consolidação	15.875.590
		Patrimônio Líquido	20.419.038
<b>Total Ativo</b>	<b>47.551.490</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>47.551.490</b>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é o caminho para a eficiência no governo eletrônico

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Para solucionar a essa representação considerada inadequada, propõe-se a Contabilização do Plano de Amortização (Nota Técnica)



Fundamentação na NBC TSO 03 e CPC 33.  
Complementar ao MCAPS

Sugestão para o Município X:

<b>Lançamento</b>			
2.3.7.2.1.03.00	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		12.500.000
A 2.2.1.4.2.99.00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS (Plano amortização)		

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é o caminho para a eficiência no governo eletrônico

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.



### RELEVÂNCIA DOS RPPS

Destaca-se a relevância social em razão da cobertura oferecida a parcela significativa dos trabalhadores e o impacto no orçamento que pode atingir o restante das demandas social (saúde, educação, segurança).

Quantidade de segurados.....81.750

Recursos financeiros geridos.....R\$ 3.647.885.186,34  
Despesas futuras estimadas..... R\$ 42.709.708.782,76

Soma Receita Corrente Líquida em 2016.... R\$ 8.536.276.836,59



---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.



### Principais Constatações

Baixíssimo Nível de Controles Internos e Governança;

Ausência de autonomia e estrutura das Unidades Gestoras dos RPPS;

Ausências de repasses de contribuições e/ou repasses fora do prazo;



---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Principais Constatações

Medidas de equacionamento de déficit com adoção de tabelas progressivas sem planejamento de médio/longo prazo;

Ausência de critérios técnicos fundamentados para adoção de premissas atuariais para o cálculo do custeio;

Investimentos dos recursos em fundos considerados de risco atípico;



---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

**Principais Constatções**

Representação inadequada do Passivo Atuarial no Balanço Geral (consolidado)

Ausência de publicação de informações (Transparência)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O caminho é sempre de aprendizagem, no grande trabalho.

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

**Baixíssimo Nível de Controles Internos e Governança**

Foi avaliado com aplicação de questionário baseado no Manual do PróGestão (Programa de modernização da gestão dos RPPS), cujos parâmetros foram eleitos por grupo de trabalho formado por gestores de RPPS (Conaprev).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O caminho é sempre de aprendizagem, no grande trabalho.

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

Controles Internos	Governança Corporativa
1. Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS;	1. Relatório de governança corporativa;
2. Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS;	2. Planejamento;
3. Capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco;	3. Relatório de gestão atuarial;
4. Estrutura de controle interno;	4. Código de Ética;
5. Política de segurança da informação;	5. Política previdenciária de saúde e segurança do servidor;
6. Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos aposentados e pensionistas.	6. Política de Investimentos;
	7. Transparência;
	8. Definição de Limites de alçadas;
	9. Segregação de atividades;
	10. Ouvidoria;
	11. Qualificação do órgão de direção;
	12. Conselho Fiscal;
	13. Conselho de Administração;
	14. Mandato, representação e recondução;
	15. Gestão de Pessoas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O caminho é sempre de aprendizagem, no grande trabalho.

---

---

---

---

---

---

---

---



Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Ausências de repasses de contribuições e/ou repasses fora do prazo

Diversas ocorrências de não repasses, principalmente das contribuições patronais e parcelamentos de débitos antigos.  
Repasses em atraso, muitas vezes sem acréscimos legais.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração dos recursos públicos

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Ausências de repasses/atrasos contribui para aumento do déficit

arreca dar + rentabilizar = pagar

Exemplo:

Mês (último dia útil)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	maio	Soma
Contribuição Mensal	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	2.000.000,00
Rentabilização (1%)	0,00	5.000,00	10.050,00	15.150,50	20.302,01	50.502,51
Saldo	500.000,00	1.005.000,00	1.515.050,00	2.030.200,50	2.050.502,51	2.050.502,51

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração dos recursos públicos

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Medidas de equacionamento de déficit com adoção de tabelas progressivas sem planejamento de médio/longo prazo

Embora possa haver cumprimento da legislação por adotar o Plano de Amortização para equacionamento dentro do prazo máximo, muitas vezes o município adota tabela progressiva que retardar a amortização, iniciando numa alíquota baixa e elevando-a no médio/longo prazo, sem haver estudo do impacto orçamentário, compatibilidade com a LRF, etc.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O controle é essencial para a administração dos recursos públicos

---

---

---

---

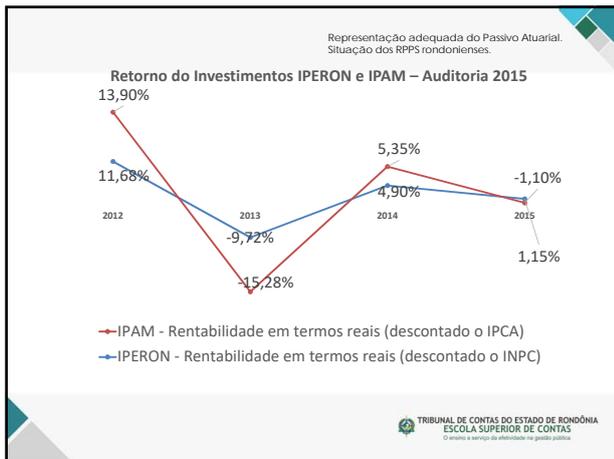
---

---

---

---






---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

	Resultado Atuarial Utilizando Taxa de 6%	Resultado Atuarial Utilizando Taxa de 5,5%	Resultado Atuarial Utilizando Taxa de 5%	Resultado Atuarial Utilizando Taxa de 4,5%
Ariquemes	-320.121.415,96	-367.462.990,45	-422.346.993,78	-486.286.515,16
Guajará-Mirim	-209.241.075,81	-238.522.370,48	-273.481.927,28	-315.532.304,36
Jaru	-148.328.835,74	-167.880.312,86	-190.064.048,44	-215.327.848,20
Ji-Paraná	-246.463.793,34	-285.526.661,46	-330.994.009,58	-384.217.614,91
Machadinho do Oeste	-45.885.305,74	-53.335.157,43	-61.711.513,48	-71.146.858,02
Nova Mamoré	-84.372.175,21	-98.607.214,66	-115.720.341,10	-136.447.521,21
Novo Horizonte do Oeste	-29.732.625,75	-34.045.157,21	-39.037.447,30	-44.841.677,97
Ouro Preto do Oeste	-79.997.920,36	-93.721.645,65	-109.378.430,41	-127.309.568,71
Rolim de Moura	-583.992.175,75	-667.748.488,17	-767.870.942,47	-888.396.723,21
Vilhena	-179.178.593,17	-208.842.211,10	-243.470.628,56	-284.110.239,09

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O caminho é sempre de aprendizagem, no grande trabalho.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

### Investimentos dos recursos em fundos considerados de risco atípico

Foram analisados alguns dos fundos nos quais os RPPS mantêm recursos investidos, para identificar a existência de riscos “atípico”, isto é, riscos além do risco normal do mercado (todos os investimentos estão sujeitos a algum risco).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O caminho é sempre de aprendizagem, no grande trabalho.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



Representação adequada do Passivo Atuarial.  
Situação dos RPPS rondonienses.

**Ausência de publicação de informações (Transparência)**  
apenas 7 RPPS foram considerados em conformidade

**Informações requeridas**

1. Legislação do RPPS
2. Prestação de Contas (Demonstrações Financeiras e demais relatórios gerenciais)
3. Relatórios do Controle Interno
4. Folha de Pagamento da Autarquia
5. Licitações e Contratos
6. Política anual de investimentos e suas revisões
7. APR - Autorização de Aplicação e Resgate
8. A composição da carteira de investimentos do RPPS
9. Os procedimentos para seleção para de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS e listagem das entidades credenciadas
10. As datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos
11. Os relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, da gestão dos investimentos, submetidos às instâncias superiores de deliberação e controle;
12. Atas de deliberação dos órgãos colegiados
13. Julgamento das Prestações de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
A transparência fortalece a administração pública

---

---

---

---

---

---

---

---

**Gislene R. Menezes**  
[486@tce.ro.gov.br](mailto:486@tce.ro.gov.br)  
(69) 3211-9062

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Av. Presidente Dutra, 4229, bairro Claria Porto Velho - Rondônia CEP: 76901-508  
Telefone: (69) 3211-9001  
Website: www.tce.ro.gov.br

ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
Secretaria de Apoio  
Telefone: (69) 3211-9821  
E-mail: escon@tce.ro.gov.br  
Website: www.tce.ro.gov.br/index.php/escon/

Ouvidoria  
Ouvir e falar  
ouvidoria@tce.ro.gov.br  
(69) 3211 - 9058/9073  
0800 645 8750

---

---

---

---

---

---

---

---

 **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS**  
O ensino a serviço da efetividade na gestão pública

**Nome do Curso:** SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
**Instrutores:** Allan Albuquerque  
Rodolfo Kezerle  
Gislene Menezes  
**Carga Horária:** 16h  
**Data:** 13 e 14/03/2018

---

---

---

---

---

---

---

---

**Introdução**

**COMO UTILIZAR O SISTEMA PARA ENCAMINHAR OS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O ensino a serviço da efetividade na gestão pública

---

---

---

---

---

---

---

---

**1º Passo**

Criar uma pasta onde serão colocados os arquivos da Prestação de Contas.

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O ensino a serviço da efetividade na gestão pública

---

---

---

---

---

---

---

---



### 3º Passo

#### Instalando o Assinador Digital

Ao acessar o Sigap Corporativo será solicitado a instalação do Assinador Digital.

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
Unidade de Serviço de Atendimento ao Cidadão

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### 3º Passo - Instalando o Assinador Digital

#### Assinador TCE desatualizado ou não encontrado!

Caso já tenha atualizado seu sistema, reinicie seu computador.

Para ter acesso à página solicitada, é necessário realizar a instalação ou atualização do programa de assinatura eletrônica.

A máquina java é necessária para a execução do Assinador. Pode ser baixada e instalada a partir do link: JAVA  
O programa pode ser baixado clicando no link: [Setup Assinador TCE](#)

Passo a passo para instalação:

Passo 1: Extraia o conteúdo para uma pasta no seu computador.

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
<input type="checkbox"/> instalador	21/01/2016 16:05	Arquivo	3.327 KB
<input checked="" type="checkbox"/> SETUP.cmd	21/01/2016 12:13	Script de Command...	1 KB

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
Unidade de Serviço de Atendimento ao Cidadão

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### 3º Passo - Instalando o Assinador Digital

#### Assinador TCE desatualizado ou não encontrado!

Caso já tenha atualizado seu sistema, reinicie seu computador.

Para ter acesso à página solicitada, é necessário realizar a instalação ou atualização do programa de assinatura eletrônica.

A máquina java é necessária para a execução do Assinador. Pode ser baixada e instalada a partir do link: JAVA  
O programa pode ser baixado clicando no link: [Setup Assinador TCE](#)

Passo a passo para instalação:

Passo 1: Extraia o conteúdo para uma pasta no seu computador.

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
<input type="checkbox"/> instalador	21/01/2016 16:05	Arquivo	3.327 KB
<input checked="" type="checkbox"/> SETUP.cmd	21/01/2016 12:13	Script de Command...	1 KB

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
Unidade de Serviço de Atendimento ao Cidadão

---

---

---

---

---

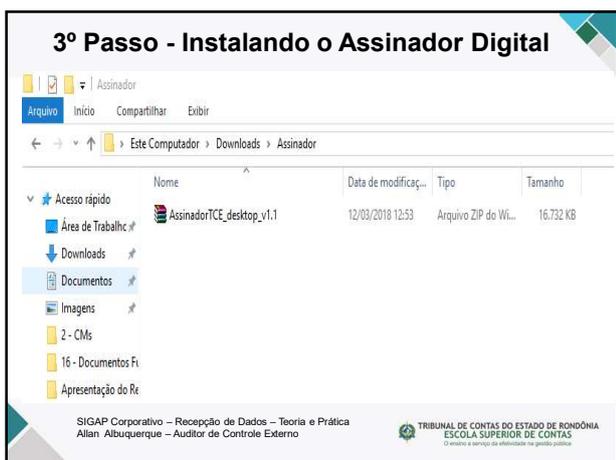
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

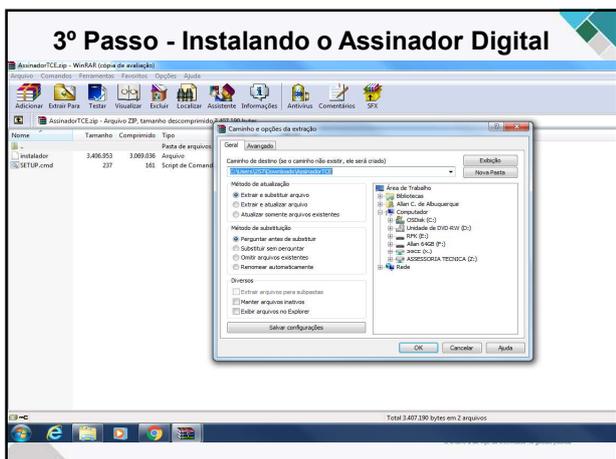
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

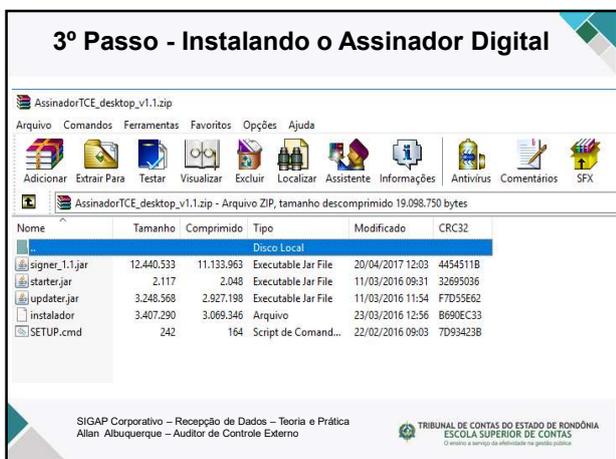
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

---

---

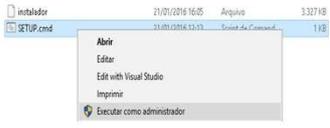
---

---

---

### 3º Passo - Instalando o Assinador Digital

**Passo 2:** Com o botão direito, clique sobre o arquivo SETUP e escolha a opção "Executar como administrador".



**Passo 3:** Clique em OK para iniciar o instalador.




---

---

---

---

---

---

---

---

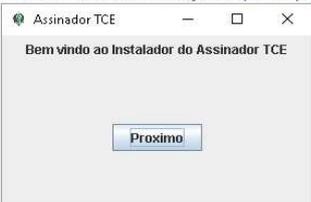
---

---

---

### 3º Passo - Instalando o Assinador Digital

**Passo 4:** Na tela de instalação, clique em próximo e siga as instruções na tela.



**Passo 5:** Após concluir a instalação, retorne a pagina solicitada anteriormente.

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O Ensino é a melhor forma de administrar as gestões públicas

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### 4º Passo

**Utilizando o Sigap Corporativo para enviar os documentos da Prestação de Contas de 2017.**

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS  
O Ensino é a melhor forma de administrar as gestões públicas

---

---

---

---

---

---

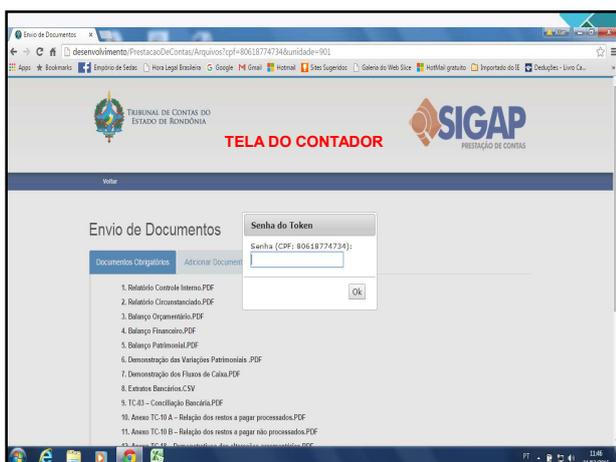
---

---

---

---

---



---

---

---

---

---

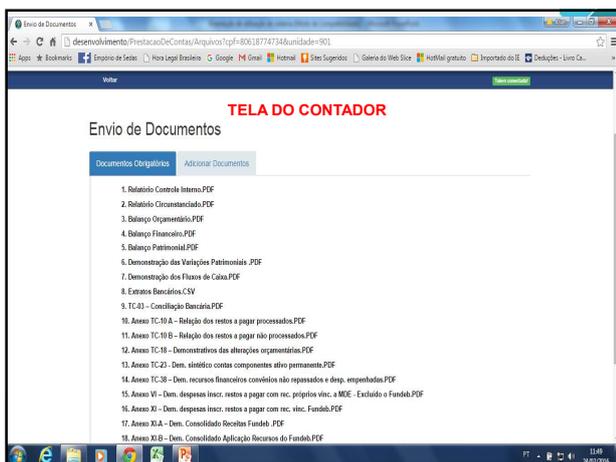
---

---

---

---

---



---

---

---

---

---

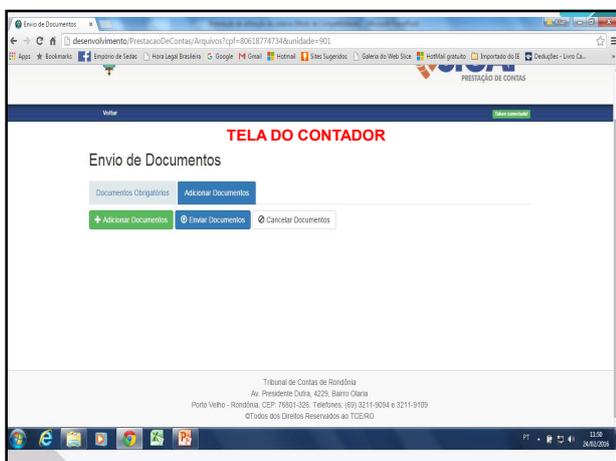
---

---

---

---

---



---

---

---

---

---

---

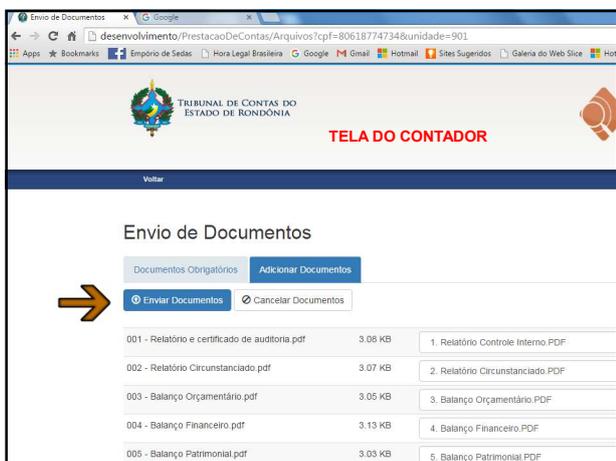
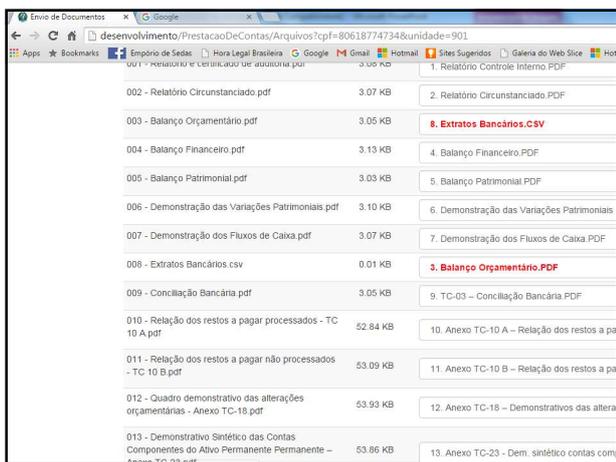
---

---

---

---













**VAMOS À PRÁTICA!!!**

SIGAP Corporativo – Recepção de Dados – Teoria e Prática  
Allan Albuquerque – Auditor de Controle Externo

 **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS**  
O caminho a ser seguido na administração dos recursos públicos

---

---

---

---

---

---

---

---



O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.  
Martin Luther King

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Av. Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-326  
Telefone: (69) 3211-9001  
Website: www.tce.ro.gov.br

**ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS**  
Secretaria de Apoio  
Telefone: (69) 3211-9921  
E-mail: [escor@tce.ro.gov.br](mailto:escor@tce.ro.gov.br)  
Website: [www.tce.ro.gov.br/index.php/iescor/](http://www.tce.ro.gov.br/index.php/iescor/)

  
ouvidoria@tce.ro.gov.br  
(69) 3211 - 9038/9075  
0800 645 8750

**Allan:** [257@tce.ro.gov.br](mailto:257@tce.ro.gov.br)  
**Rodolfo:** [487@tce.ro.gov.br](mailto:487@tce.ro.gov.br)  
**Gislene:** [486@tce.ro.gov.br](mailto:486@tce.ro.gov.br)      **Telefone:** 3211-9150

---

---

---

---

---

---

---

---